

ELEIÇÕES

Apoio fechado, mas sem vice

Executiva do PSDB dá aval para o partido se juntar à pré-candidatura à Presidência da emedebista Simone Tebet. Porém, deixa para depois a decisão sobre o 2º nome da chapa, posição para a qual o senador Tasso Jereissati ainda é o mais cotado

» VINICIUS DORIA

Depois de 13 meses, o PSDB, finalmente, decidiu o rumo que irá tomar nas eleições presidenciais deste ano. Em votação folgada, a Comissão Executiva do partido aprovou, ontem, a coligação com o MDB, em que vai oferecer à senadora Simone Tebet (MS) um nome para compor — na vaga de vice — a chapa da terceira via à sucessão do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Desde que o partido anunciou, em abril do ano passado, a convocação de prévias para escolher o nome que iria disputar a corrida presidencial, os tucanos se digladiam por causa de posições divergentes e, até, antagônicas. A solução aprovada pela cúpula do partido, com o reforço das bancadas na Câmara e no Senado, não fugiu do script. O apoio à tríplex aliança com MDB e Cidadania foi majoritário, mas interesses estaduais ficaram fora dos debates.

Dos 45 membros da chamada Executiva Ampliada (com a participação dos parlamentares que não têm assento na Executiva Nacional), 39 votaram pela coligação com o MDB e o Cidadania. Os dissidentes, em especial a bancada de Minas Gerais — unânime na reprovação da aliança com Tebet —, somaram seis votos — houve ainda uma abstenção.

Após quatro horas de reunião, o presidente do PSDB, Bruno Araújo, anunciou o resultado e elogiou o esforço em favor da união do autodenominado centro democrático. “O PSDB abriu mão de uma história, de uma candidatura própria, para preservar o que é mais importante, que é oferecer alternativas para

MDB/Divulgação



A senadora sul-mato-grossense e pré-candidata conversa com Rossi, Freire e Araújo sobre o arranjo que uniu MDB, PSDB e Cidadania

o eleitor”, disse Araújo.

O nome que os tucanos oferecerão à vaga de vice-presidente não foi objeto de deliberação. Mas há um entendimento para que o senador Tasso Jereissati (CE) assuma a missão de caminhar ao lado de Tebet.

Dissidência

A ala que defende a tese da candidatura própria voltou a propôr, na reunião, o nome do ex-governador gaúcho Eduardo

Leite para disputar a Presidência. Mas foi vencida.

“Temo que, em vários estados do Brasil, o PSDB tenha enorme dificuldade de caminhar com a candidatura do MDB”, alertou o deputado Aécio Neves (MG), porta-voz do grupo dissidente. Ele deixou a reunião antes do resultado, indicando que a disputa interna pode se prolongar até as convenções partidárias — entre o fim de julho e o começo de agosto. E disse temer que o

acordo “não tenha correspondência nas bases do PSDB, “que hoje já se dividem entre votar em Lula ou em Bolsonaro”.

Para que o racha tucano não se aprofundasse, muitos defensores da candidatura própria acabaram apoiando a terceira via. Como o ex-governador de Goiás, Marconi Perillo, que não é da Executiva, mas fez questão de expôr seu ponto de vista aos correligionários.

Ele também queria que Eduardo Leite fosse indicado

candidato do partido, por ter sido o segundo colocado nas prévias partidárias vencidas pelo ex-governador de São Paulo João Dória, que abdicou da disputa por falta de apoio interno. “Tenho certeza de que, se houvesse uma convocação, o governador Eduardo aceitaria ser o candidato à presidente”, lamentou.

No início da noite, Bruno Araújo e os presidentes do MDB, deputado Baleia Rossi (SP), e do Cidadania, Roberto



O PSDB abriu mão de uma história, de uma candidatura própria, para preservar o que é mais importante, que é oferecer alternativas para o eleitor”

Bruno Araújo, presidente do PSDB justificando o apoio à pré-candidatura da emedebista Simone Tebet

Fereire, reuniram-se por videoconferência com Tebet, que está de quarentena por ter testado positivo para covid-19, para acertar “os próximos passos do grupo”, segundo nota divulgada pela assessoria.

“Sabemos da responsabilidade. Estamos prontos. Com coragem e amor, vamos reconstruir o Brasil. Recebo com alegria e imensa honra o apoio do PSDB à nossa candidatura”, postou a pré-candidata em suas redes sociais.

Tempo para reorganizar os acordos nos estados

Para viabilizar a coligação com o MDB de Simone Tebet na corrida presidencial, o PSDB excluiu as negociações regionais do acordo da terceira via. O partido decidiu dar mais tempo à montagem dos palanques estaduais por causa dos conflitos que o recém-firmado compromisso provoca diante de potenciais aliados.

Há, inclusive, ameaça de rupturas. É o caso de São Paulo, onde o PSDB costura um amplo acordo com partidos de centro e de direita em torno da candidatura à reeleição do governador Bruno Garcia. Logo após o anúncio do apoio a Tebet, o presidente do União Brasil, Luciano Bivar (PE),

declarou que seu partido decidiu abandonar o acordo em torno de Garcia.

Bivar disse que a decisão não tem relação direta com a aliança MDB-PSDB-Cidadania, mas queixou-se de que Tebet não tem compromisso com a principal pauta do União, o imposto único. Assim, a legenda retomou conversações com o ex-ministro Tarcísio de Freitas (Republicanos) e com o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT).

Em outro flanco, o presidente da Câmara e um dos principais líderes do PP, Arthur Lira (AL), também queixou-se da aliança da terceira via, que, segundo ele,

pode comprometer acordos firmados no estado dele. Pelas redes sociais, postou que “o Progressistas e o União Brasil estão firmes e unidos em fazer cumprir acordos políticos firmados com o PSDB em diversos estados”. Reforçou que “quebrar o que foi acordado em Alagoas terá consequências à aliança, principalmente em São Paulo”.

Briga local

Lira está em pé de guerra com o senador Renan Calheiros (MDB) pelo poder no estado. Enquanto Calheiros integra a coligação para reeleger o governador

Paulo Dantas (MDB), Lira trabalha pela eleição de Rodrigo Cunha (União), que tem a deputada estadual Jó Pereira (PSDB) como vice.

“Estranho seria ver o PSDB romper o acordo com o PP e o União Brasil de resistência ao ‘calheirismo’ no estado”, provocou Lira. Se isso acontecer, o presidente da Câmara assegurou que os dois partidos “deixarão a aliança em São Paulo com o governador Rodrigo Garcia”.

Ao anunciar o apoio a Tebet, o presidente do PSDB, Bruno Araújo (PE), minimizar os conflitos estaduais. Citou São Paulo e Bahia como “estados-símbolo”

da aproximação com o União Brasil, e considerou a querela em Alagoas como uma “questão específica”.

“Na Bahia, nós votamos em ACM Neto (União Brasil) para governador. Tenho certeza de que vai acontecer a mesma coisa em São Paulo (o União votar no tucano Bruno Garcia)”, declarou ele, indicando que vai tentar reverter a decisão de Bivar de retirar o apoio à reeleição do governador paulista. Segundo Araújo, a coligação com o União Brasil em São Paulo “estava absolutamente consolidada e nunca foi condicionada a qualquer tipo de aliança nacional”. (VD)



Estranho seria ver o PSDB romper o acordo com o PP e o União Brasil de resistência ao ‘calheirismo’ no estado”

Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, condenando o acordo MDB-PSDB, que mexe com as peças na eleição em Alagoas

CONGRESSO

Projeto aprovado define nova diretriz do esporte

O Plenário do Senado aprovou, na última quarta-feira, o Projeto de Lei (PLS) 68/2017, que cria a nova Lei Geral do Esporte. Entre as previsões do texto, estão punições aos casos de racismo e xenofobia nos estádios e aos atos de corrupção, além de definir os direitos trabalhistas dos atletas, determinar a equidade de premiações entre homens e mulheres e normatizar a liberdade de expressão.

O PLS, que consolida em uma única legislação todas as normas e regulamentações das práticas esportivas, teve a relatoria da senadora e ex-jogadora de vôlei Leila Barros (PDT-DF). O texto, agora, será encaminhado para a Câmara dos Deputados.

Entre as novidades, o documento prevê a criação da Autoridade Nacional para Prevenção e Combate à Violência e à Discriminação no Esporte (Anesporte). A entidade seria ligada à Secretaria Especial do Esporte do

Ministério da Cidadania e teria a responsabilidade de criar e executar políticas públicas para reduzir casos de intolerância no esporte, sobretudo nos estádios de futebol.

Opinião

A relatora incorporou ao texto a ideia defendida pelo senador e ex-jogador Romário (PL-RJ), que dispõe sobre a vedação de imposição de penas disciplinares a atletas por livre expressão. O objetivo, segundo ela, é garantir àqueles que atuam no ambiente esportivo o direito à liberdade de emitir opiniões, conforme preceituado pela Constituição.

Caso esse trecho seja mantido pela Câmara — ou não caia por veto do presidente Jair Bolsonaro (PL) —, a jogadora de vôlei de praia Carol Solberg não estará sujeita a punição semelhante à que sofreu, em 2021, pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva

Reprodução/Twitter



Carol foi advertida, pelo STJD, por se manifestar contra Bolsonaro. Pelo novo PL, ela não seria punida

(STJD). Em duas oportunidades, no ano passado, ao final de jogos pelo Circuito Brasileiro, ela aproveitou as entrevistas que concedeu para pedir a saída de Bolsonaro do comando do Poder

Executivo. A multa de R\$ 1 mil a que estava sujeita foi convertida em advertência.

No que se refere à corrupção, pelo texto do PLS cometerá crime o representante de organização

esportiva privada que exigir, solicitar, receber ou mesmo aceitar promessa de vantagem indevida para realizar ou omitir ato inerente às suas atribuições. A pena será de dois a quatro anos. Também

estará sujeito às mesmas penas quem corromper ou tentar corromper representante da organização esportiva privada.

O projeto ainda estabelece regras de transparência, publicidade e a observância dos conceitos destinados a coibir a malversação de recursos públicos.

Em relação às questões trabalhistas, o PLS atribui diversas responsabilidades às organizações esportivas em relação aos atletas. Caso se torne lei, as entidades estarão obrigadas a proporcionar condições à participação nas competições e treinos, submeter os atletas a exames médicos periódicos, garantir condições de trabalho dignas aos demais profissionais, incluídos os treinadores, e contratar seguro de vida e de acidentes pessoais. O texto versa também sobre questões remuneratórias.

Leila afirmou que incorporou ao PLS sugestões recebidas de diversas entidades e de pessoas ligadas ao universo esportivo — como atletas, agentes, confederações esportivas, sindicatos da categoria, além do Tribunal de Contas da União (TCU), do Exército e até do Ministério da Cidadania.